



Alerta em boa hora

Apesar de afirmar que Brasil e México são diferentes, governo brasileiro toma medidas para incentivar superávit comercial, buscando evitar que o quadro mexicano se repita no país

Marcelo Monteiro

A pesar das tentativas iniciais de membros da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso de minimizar os reflexos da crise do México, o Brasil registrou no início de 1995 fenômenos econômicos que podem ser considerados como resultados do chamado "efeito tequila". Em janeiro, ocorreu a maior fuga de investimentos do mercado brasileiro desde fevereiro de 1990, mês de incertezas diante da ascensão de Fernando Collor ao poder, em 15 de março. O total de investimentos que deixou o país no primeiro mês deste ano foi de US\$ 1,919 bilhão, montante formado basicamente por recursos especulativos. Também em janeiro, a saída de dólares do país superou a entrada no mercado nacional da moeda norte-americana em US\$ 1,434 bilhão, valor mais alto desde janeiro de 1992.

Fontes oficiais, ligadas ao Banco Central, afirmaram que os déficits foram causados em grande parte pela crise mexicana, que fez com que inves-

tidores e especuladores retirassem o dinheiro aplicado no chamados "mercados emergentes" da América Latina (Brasil, Argentina e Chile).

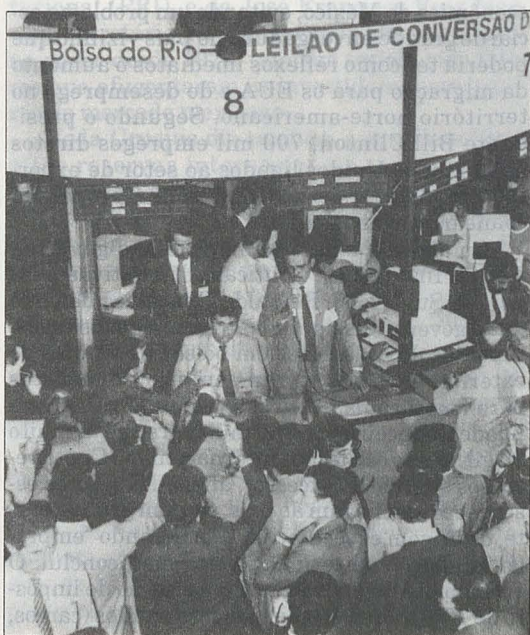
A redução do nível de dinheiro disponível no país em janeiro parece não ter sido um fato esporádico. O próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, declarou que o Brasil deve se acostumar a receber um volume de investimentos menor do que os existentes em 1993 e 1994. Essa redução tem como causas também o aumento em 0,5% da taxa de juros pelo Banco Central dos Estados Unidos e o uso de recursos pelos governos do Japão e da União Européia para o combate a fenômenos naturais (terremoto em Kobe e enchentes em países europeus).

Ajuda norte-americana de emergência

O resultado negativo brasileiro em relação à entrada de divisas foi divulgado na semana em que o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, anunciou a concessão de uma linha de crédito de US\$ 20 bilhões ao México. Além de não esperar a aprovação do empréstimo pelo Congresso norte-americano, o presidente dos Estados Unidos influenciou diretamente a concessão do financiamento de US\$ 17,8 bilhões pelo Fundo Monetário Internacional e de outros US\$ 10 bilhões pelo Banco de Compensações Internacionais, sediado na Suíça e conhecido como o "Banco Central dos bancos centrais". Outros US\$ 3 bilhões deverão ser repassados por bancos privados.

Para Pedro Malan, o socorro dos Estados Unidos ao México reduziu o perigo de propagação de problemas entre os países latino-americanos que adotaram programas com bases semelhantes ao do México (caso da Argentina e Brasil) antes que "as profecias (alarmistas) se autoconfirmassem".

Apesar de ressaltarem que "o Brasil não é o México", integrantes da equipe econômica parecem ter encarado o caso mexicano pelo seu lado pedagógico. O governo federal tomou medidas – coincidentemente, depois da crise mexicana – procurando reduzir os déficits comerciais registrados no Brasil em novembro (US\$ 492 mi-



As bolsas brasileiras registraram uma grande fuga de capitais nos dois primeiros meses do ano

lhões) e dezembro (US\$ 884 milhões). Os saldos comerciais negativos consecutivos foram uma das causas fundamentais da crise cambial no México. A ministra da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck, chegou a afirmar que o problema mexicano demonstrava que o Brasil não deveria desejar conviver com sucessivos déficits comerciais.

A equipe econômica facilitou o acesso dos exportadores ao Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC), ampliando o prazo de duração do crédito para até 180 dias (até então era de 90 dias) e extinguindo o depósito compulsório de 15% sobre as operações de exportação. O governo aumentou também de 20% para 32% as alíquotas dos carros importados. O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a dizer que queria acabar com "a farra" dos carros importados. Apesar das medidas, a balança comercial brasileira registrou novo saldo negativo em janeiro: US\$ 290 milhões. O déficit acumulado em novembro, dezembro e janeiro foi de US\$ 1,66 bilhão.

Revisão da política cambial

Mesmo com essas providências, vários economistas de tendências opostas vêm defendendo a revisão da política cambial brasileira, que desde a implantação do real em 1º de julho de 1994 mantém a moeda brasileira valorizada em relação do dólar.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirma que "quanto mais cedo se mexer no câmbio, melhor (...) porque se a mudança for lenta, vem trombada pela frente". Simonsen foi titular do Ministério da Fazenda durante o governo Geisel e da pasta do Planejamento na gestão Figueiredo.

O economista José Márcio Camargo, do Departamento de Economia da PUC-RJ, também critica a âncora cambial. "O que se está fazendo com o câmbio é um erro grave (...) O Brasil está adotando um programa semelhante ao mexicano e isto é um risco para o país."

Uma das conseqüências da desvalorização do dólar é o barateamento das importações, que são usadas como instrumentos de combate à inflação. O aumento da presença dos produtos importados no mercado faz com que os preços de produtos nacionais fiquem mais baixos, com o objetivo de competir com os estrangeiros. Mas tem também como reflexos o encarecimento das exportações, a desindustrialização do país e o aumento das taxas internas de desemprego.

Na Argentina, país considerado há pouco tempo, ao lado do México, como exemplo de modernidade para o mundo, 2,9 milhões de trabalhadores estavam sem emprego em maio de

1994, segundo dados oficiais. O total equivalia a 10,8% da População Economicamente Ativa. No México, mais de 74 mil postos de trabalho foram extintos entre janeiro e abril do ano passado. Estudos independentes afirmam que a taxa de desemprego naquele país aumentou de 4% para 6,5% nos últimos seis anos. Segundo a Fundação Getúlio Vargas do Rio, o desemprego no Brasil atinge 5,4% da População Economicamente Ativa.

"Iguar ou pior que o México"

O aumento das taxas de desemprego é um dos principais riscos para o Brasil, caso o governo federal mantenha linhas econômicas neoliberais, como fez o México, na opinião do presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves. Para o economista, a crise mexicana serve como um alerta para o Brasil, que precisaria reorientar o modelo de ajuste econômico, baseado em teses do chamado "Consenso de Washington", chanceladas pelo FMI, como a "abertura econômica indiscriminada e a ânsia pela retirada do Estado da economia".

Segundo o professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o prosseguimento desse tipo de ajuste poderia fazer com que o Brasil passasse por uma situação "igual ou pior" à do México. "E se isso se concretizasse, não haveria uma operação de socorro norte-americana ao Brasil ou então seriam exigidas contrapartidas draconianas."

Gonçalves lembra que o governo dos Estados Unidos tem interesse em estabilizar a situação econômica do México, evitando um problema social de grande envergadura no país vizinho que poderia ter como reflexos imediatos o aumento da migração para os EUA e do desemprego no território norte-americano. Segundo o presidente Bill Clinton, 700 mil empregos diretos nos Estados Unidos ligados ao setor de exportação poderiam ser extintos com a propalada "bancarrotas" mexicana.

Colaborador da organização não-governamental Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), Reinaldo Gonçalves defende que o governo discipline com mais rigor os investimentos de brasileiros em bolsas de valores do exterior, evitando a transferência de recursos para fora do país. "O Brasil tem uma vulnerabilidade financeira externa muito grande. É muito frágil face às oscilações internacionais. Capta recursos quando há excesso", afirma. E quando esses recursos chegam ao país, são, em grande parte, de origem especulativa, não gerando "emprego, produção ou tecnologia no país", conclui. O economista defende também a criação de imposto de 10% sobre bens de luxo importados (carros,

Economistas de tendências opostas vêm defendendo mudanças na política cambial brasileira

barcos) com valor acima de US\$ 32 mil, como ocorre nos Estados Unidos.

Gonçalves critica, por outro lado, as constantes reclamações de exportadores em relação às perdas com a sobrevalorização do real. O economista lembra que o setor é compensado com o ACC, instrumento pelo qual conseguem financiamento para viabilizar uma operação com pagamento de taxas inferiores às obtidas no mercado financeiro.

Bases diferentes

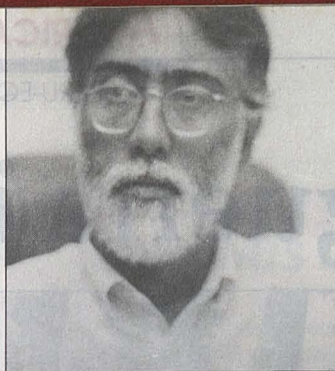
Já a economista e deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS) concorda que a crise mexicana serve como um alerta para o Brasil, mas ressalva que o Plano Real está assentado numa realidade diferente do plano de ajuste mexicano. Para a ex-ministra do Planejamento no governo Itamar, o Brasil tem, por exemplo, uma base sólida de exportação, com mercados tradicionais e quase "cativos", garantindo a obtenção de recursos e dificultando a ocorrência de déficits na balança comercial. O México, na opinião da ex-ministra, não teria o sistema exportador tão bem articulado, não se constituindo por isso em um fator de combate aos seguidos saldos negativos da balança comercial.

Ao lado das diferenças econômicas, o Brasil estaria privilegiado em relação ao México também no campo político, na opinião da parlamentar. O conflito em Chiapas e os assassinatos de Luis Donaldo Colossio, candidato à presidência da República pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), e de José Francisco Ruiz Masieu, secretário-geral da legenda que se mantém no poder desde 1929, também teriam sido fatores que afugentaram os investidores estrangeiros do mercado mexicano.

Yeda Crusius diz também que o Brasil tem altas reservas internacionais que permitem "sustentar a confiança no real", ou seja, manter a moeda brasileira valorizada diante do dólar. Para a deputada, a redução das reservas foi mais um elemento que trouxe instabilidade ao México. Indagada sobre o risco do Brasil "queimar" suas reservas e chegar a um nível semelhante ao do México, a ex-ministra lembra que o Brasil tem instrumentos para mantê-las num patamar alto. Yeda Crusius cita como medida a ampliação do crédito aos exportadores.

No início de fevereiro, as reservas externas do Brasil eram de US\$ 38 bilhões, depois de terem alcançado US\$ 42 bilhões no início do Plano Real. As reservas do México em fevereiro estavam em apenas US\$ 3 bilhões, depois de terem sido de US\$ 15 bilhões em 1988, ano em que o plano de estabilização mexicano foi iniciado.

Foto: A. C. Júr



Reinaldo Gonçalves teme que o Brasil enfrente uma situação tão difícil quanto a do México, enquanto Yeda Crusius ressalta as diferenças entre os dois países



Foto: Jamil Bittar / F

Para a deputada tucana, a crise no México também deve ser encarada como mais um sinal que reforça a urgência da aprovação das alterações constitucionais que o governo Fernando Henrique Cardoso considera fundamentais para o sucesso do Plano Real. Yeda Crusius cita especificamente a reforma tributária, que permitiria "a obtenção de uma base fiscal mais sólida", e "os pontos que impedem a entrada de capital externo produtivo no país". Nesse último rol, poderiam ser incluídos o conceito de empresa brasileira de capital nacional – que, caso derrubado, permitiria o mesmo tratamento para empresas controladas por brasileiros e estrangeiros – e a quebra de monopólios estatais.

O papel dos especuladores

Já na opinião do professor de Teoria Econômica da UFRJ, Carlos Cosenza, o Brasil não sofreu efeitos da crise mexicana porque as estruturas econômicas dos dois países são completamente diferentes. "A crise mexicana está sendo explorada no Brasil por especuladores, que querem aproveitar o momento para tentar impor mudanças cambiais."

O vice-diretor da Coordenação de Programas em Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ, ressalta, entretanto, que o governo brasileiro está conduzindo de maneira equivocada a política de atração de capital estrangeiro para o país. As altas taxas de juros praticadas no mercado brasileiro acabam fazendo com que os recursos especulativos sejam predominantes. O dinheiro investido é retirado logo após a obtenção dos lucros.

Outra crítica do professor é referente à alegação de que o aumento do salário mínimo não pode ser aprovado porque haveria um aumento do consumo: "O governo dificulta o consumo. Por tabela, prejudica os níveis de emprego." Segundo ele, a participação dos salários na renda nacional na década de 50 era de 70%, e hoje é de apenas 30%.

Sobre o México, Cosenza define o país como "mais uma estrela na bandeira norte-americana, um apêndice dos Estados Unidos". O professor chama de "invasão passiva" a garantia de receitas obtidas com exportações mexicanas exigidas pelos EUA. E acrescenta que a ajuda ao país latino-americano não é nada mais do que um socorro aos grandes fundos de investimento norte-americanos que atuaram no México. ■